

**GABRIELA LARISSA PEREIRA DA SILVA GARDÉS**

**O INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:  
O PERFIL DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – 2008**

Macapá - AP

2011

**GABRIELA LARISSA PEREIRA DA SILVA GARDÉS**

**O INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:  
O PERFIL DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, sob orientação da Profª Esp. Rauliete Diana Lima e Silva.

Macapá - AP

2011

**GABRIELA LARISSA PEREIRA DA SILVA GARDÉS**

**O INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO:  
O PERFIL DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – 2008**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, sob orientação da Profª Esp. Rauliete Diana Lima e Silva.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profª Esp. Rauliete Diana Lima e Silva (orientadora)**  
**Universidade Federal do Amapá**

---

**Prof. Msc. Richard Douglas C. Leão**  
**Universidade Federal do Amapá**

---

**Prof. Dr. Adalberto C. Ribeiro**  
**Universidade Federal do Amapá**

## RESUMO

A universidade brasileira possui importância para ampliação e produção do conhecimento e da cultura, sendo também espaço de formação profissional, em que os atores sociais vêm historicamente reclamando sua expansão e democratização. No entanto, a plena efetivação da educação superior requer abertura para camadas populares que há tempos estiveram excluídas dos níveis mais elevados de ensino. A sinalização através das políticas públicas de democratização do espaço acadêmico gera mudanças no perfil dos alunos que acessam o ensino superior. Diante disso, este Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “O ingresso ao ensino superior público: o perfil dos discentes da Universidade Federal do Amapá” tem como objetivo geral analisar o perfil dos alunos que ingressaram na UNIFAP no ano de 2008. Para tal estudo investigativo foi realizada análise documental em material cedido pelo Departamento de Processos Seletivos e Concursos da UNIFAP. O método de pesquisa utilizado foi abordagem quantitativa.

**Palavras-chaves:** Universidade Pública; Discentes; Democratização.

## **ABSTRACT**

The Brazilian University has importance for expansion and production of knowledge and culture, and also vocational training space, in which the social actors come historically complaining its expansion and democratization. However, the full realization of the higher education requires openness for strata that have long been excluded from higher levels of education. Signaling through the public policy of democratisation of academic space generates changes to the profile of students accessing higher education. That said, this course conclusion work titled "the entrance to public higher education: the profile of students of Universidade Federal do Amapá" aims to examine the General profile of students who joined the UNIFAP in year 2008. For such investigative analysis study was performed on material provided by the documentary Department of selective processes and Contests of UNIFAP. The test was quantitative approach.

Keywords: public University; Learners; Democratization.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, que foi meu maior porto seguro. Com a ajuda Dele eu tive forças para chegar ao final dessa pequena jornada.

A minha mãe Maria de Fátima, companheira, amiga e dedicada. Que entre varias outras coisas que o trabalho lhe exige, sempre encontrou tempo para me ensinar e me fazer compreender que o estudo e a persistência são os únicos caminhos para o sucesso. Que mesmo diante de varias adversidades, no final sempre estivemos juntas em busca de coisas melhores. Mãe eu te amo és responsável por tudo que tenho e que sou hoje.

Ao meu pai, Everson Gardés, que mesmo ausente fisicamente contribuiu em minha educação, me dando suporte para crescer e seguir meus estudos. Pai eu te amo muito, voce é o homem da minha vida.

A minha irmã, Daniela Gardés, pelo convívio, brigas, abraços, brincadeiras, por tudo que passamos juntas.

A minha avó, Raimunda Pereira da Silva pela imensa demonstração de força, perseverança e vontade de viver. Vó você foi uma guerreira!

Ao meu amado companheiro Michel Castro, pela sua compreensão e apoio nos momentos difíceis e marcantes em toda minha jornada acadêmica.

A orientadora Professora Rauliete Diana Lima e Silva por tamanha nobreza em me orientar e fazer compreender as melhores ideias para o trabalho. Não esquecendo de mencionar e agradecê-la também pela dedicação e competência frente a responsabilidade de assumir a Coordenação de Ciências Sociais. Professora você faz toda diferença!

A todos os professores, em especial professores Doutores os quais tive a glória de dividir parte de seus saberes em sala de aula: Eliane Superti, Antonio Sergio Monteiro Filocreão, Manoel Pinto, Oto João Petry. Há um pouco de cada um pelas contribuições enriquecedoras para minha formação. Em especial a grande Prof<sup>a</sup> Dout<sup>a</sup> Claudia Chelala, com quem tive a oportunidade de dividir não apenas o convívio em sala de aula, mas também um pouco de minha vida pessoal em diversas conversas como verdadeiras amigas.

A todos os colegas de turma que dividiram momentos sérios e descontraídos em sala de aula. As minhas colegas de turma, um agradecimento especial: Maria Elisangela Braga Costa, Edilene Nazaré de Lima, Emilia Janaina Barbosa da Silva, Ana Paula Silva dos Santos, Riane Farias da Silva, pelo apoio dentro e fora de sala de aula, pelo laço de amizade que temos, pelos momentos que dividiram conquistas, aflições e aventuras ao meu lado. Amo muito vocês.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que meu trabalho se concretiza-se.

## LISTA DE SIGLAS

CEAP: Centro de Ensino Superior do Amapá

CEBEP: Centro de Educação Básica e Educação Profissional

CFE: Conselho Federal de Educação

EJA: Educação de Jovens e Adultos

ENEM: Exame Nacional de Ensino Médio

GT: Grupo de Trabalho

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES: Instituição de Ensino Superior

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação e da Cultura

NEM: Núcleo de Educação de Macapá

NEM: Núcleo de Ensino Médio

PROUNI: Programa Universidade Para Todos

REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEED: Secretaria de Estado da Educação do Amapá

TFA: Território Federal do Amapá

UEAP: Universidade Estadual do Amapá

UFPA: Universidade Federal do Pará

UNAMA: Universidade da Amazônia

UNIFAP: Universidade Federal do Amapá

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Gênero.....	31
Gráfico 2: Questão racial.....	33
Gráfico 3: pessoas com necessidades especiais educacionais especiais.....	34
Gráfico 4: Que tipo de Ensino Médio você freqüentou.....	35
Gráfico 5: Onde concluiu o Ensino Médio.....	36
Gráfico 6: Renda mensal da família.....	37

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de alunos matriculados no Ensino Médio.....	25
Tabela 2: Cursos e número de pessoas do gênero masculino e feminino.....	32
Tabela 3: Cursos e números de alunos oriundos das escolas públicas e privadas...	36

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>12</b>
1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: PRINCIPAIS ASPECTOS DA SUA EXPANSÃO.....	12
1.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE.....	16
1.3 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	18
<b>2 ENSINO MÉDIO E O INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>22</b>
2.1 A DUALIDADE ESTRUTURAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	22
2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO AMAPÁ.....	25
<b>3 O PERFIL DOS ALUNOS DA UNIFAP.....</b>	<b>30</b>
3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	30
3.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS DISCENTES QUE INGRESSARAM NA UNIFAP NO ANO DE 2008.....	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem-se vivenciado no cenário educacional brasileiro a expansão da escolarização básica tanto pelo sistema público de ensino como pelo sistema privado, este fato impacta na busca do aluno concluinte do ensino médio pelo ingresso na universidade. Isso porque a educação de nível superior possui grande importância na socialização, produção do conhecimento científico-tecnológico e para a formação profissional.

Apesar do reconhecimento de tal papel social desempenhado pela universidade, a sociedade brasileira ainda vem buscando a expansão e a democratização desse nível de ensino que possui uma demanda ampliada e heterogênea. Diversos grupos sociais almejam ingressar no espaço acadêmico público, no entanto, os estudos de Sguissardi (2009) apontam que a educação superior continua elitista e cada vez mais privatizada, sendo que a oferta de vagas se dá em maior proporção no setor privado.

Esta conjuntura reflete no perfil do aluno ingressante na educação superior pública, pois o número cada vez maior de concluintes do ensino médio tende a ser quatro a cinco vezes maior do que o do número de vagas oferecido anualmente para o educação superior. A partir disso indaga-se: qual o perfil dos alunos ingressos na Universidade Federal do Amapá no ano de 2008?

O objetivo desta pesquisa é analisar o perfil dos alunos que conseguiram ingressar na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no ano de 2008. A importância de tal investigação se dá principalmente pela necessidade de conhecer as características que aproximam e, ao mesmo tempo, diferenciam os sujeitos que ingressam na educação superior da rede federal de ensino e que de certa maneira refletem as desigualdades da sociedade da qual fazemos parte.

Para alcançar os propósitos desta pesquisa foi realizada análise documental no Departamento de Processos Seletivos e Concursos (DEPSEC) da UNIFAP considerando as informações sobre os alunos ingressantes no ano de 2008. O estudo tem caráter quantitativo e os dados estão apresentados por gráficos.

A exposição da temática está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Políticas públicas para o Ensino Superior” tem como foco principal apresentar a discussão teórica sobre as políticas públicas destinadas para

esse nível de ensino que historicamente vem passando por processos de continuidades e rupturas na sua identidade, definição, organização, expansão e democratização.

O segundo capítulo deste estudo está denominado “Ensino Médio e o ingresso na Educação Superior” trata dos caminhos diferenciados (formação técnica ou tecnológica) que são determinados para os sujeitos de classes sociais distintas. Diante disso, este capítulo busca apresentar a relação entre a educação básica e o ingresso na educação superior, destacando nesse processo o perfil daqueles que historicamente tem tido acesso a universidade.

O terceiro capítulo “O perfil dos alunos da Universidade Federal do Amapá” apresenta os dados empíricos, sendo fruto da investigação de campo. As constatações revelam a crise de legitimidade vivenciada pela universidade, uma vez que ainda não consegue atender sua demanda.

Por fim são apresentadas as considerações finais que mostram os principais aspectos que fazem parte deste trabalho.

# 1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR

## 1.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: PRINCIPAIS ASPECTOS DE SUA EXPANSÃO

A elite brasileira do século XIX teve seu processo de formação em nível superior obtido fora do Brasil. Ao retornarem para o país implementaram a universidade como espaço de formação voltado para atender o mercado de trabalho em expansão. A característica formativa da Universidade esteve voltada para demanda profissional da época que sinalizava a necessidade de profissionais qualificados para os campos da engenharia, medicina e direito.

Morosini (2005) enfatiza que o período entre o final do século XIX até 1930 é marcado por um sistema educacional orientado por práticas que valorizam o conteúdo intelectualista, sem vinculação com as questões de fundo social e político, pois sua ênfase era a formação profissional para o mundo do trabalho como reflexo do modelo de universidade francesa que influenciou a concepção de ensino superior no Brasil.

Mais tarde, no período chamado de Estado Novo as universidades, ainda mantendo seu percurso formativo voltado para a formação de mão-de-obra qualificada, passam a ser organizadas principalmente como fruto da reunião de institutos isolados ou de formações específicas, as faculdades. Esta organização das instituições de ensino superior esteve pautada em medidas legais sendo possível expor que,

Entre as primeiras medidas educacionais do pós-1930, é estabelecida a reforma do ensino superior assinada por Francisco Campos, titular dos Ministérios da Educação e Saúde, e representada no Estatuto das Universidades Brasileiras (11/04/1931), que tem como modelo a Universidade do Rio de Janeiro (...) criam-se as universidades a partir da junção de cursos superiores. Porém, apesar da universidade se constituir numa figura que paira sobre os cursos que a compõem, estes se mantêm praticamente autônomos nas questões de ensino e isolados uns dos outros. (MOROSINI, p. 309-10).

Em cumprimento aos preceitos legais instituídos os cursos ofertados foram se unindo, porém preservando suas características próprias formando as universidades. Conforme Morosini (2005) são consideradas pioneiras: a Universidade do Rio de Janeiro (1920), a Universidade Federal de Minas Gerais (1927), a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934). Durante o período compreendido entre a Revolução Industrial de 1930 ao Governo Militar de 1964, houve uma expansão das universidades onde foram criadas mais de 20 instituições federais no Brasil marcando o crescimento do sistema público federal de ensino superior (GHIRALDELLI JR, 2001).

No período após 1945, é possível dizer que as legislações universitárias são refletoras da democratização política e econômica vigente no país. Esse fato, no que tange a educação, promoveu uma mudança nos canais de ascensão social. Isso porque até a década de 1950, a ascensão se dava através da “reprodução do pequeno capital”. Posteriormente, com a mudança conjuntural, abrem-se canais/possibilidades na esfera da burocracia pública e privada, sendo que nesses espaços os diplomas escolares passam a ser considerados critérios para a posse de cargo. Dessa forma, os cursos oferecidos no ensino superior passam a ser perseguidos como forma de acessar posição social mais elevada (MOROSINI, 2005).

Nessa direção, pode-se dizer que na República populista (1946-1964), as políticas públicas favoreceram, por um lado, o crescimento da iniciativa privada em termos de novas instituições criadas, e por outro, o processo de federalização de faculdades estaduais e privadas, reunidas em universidades que na maioria das vezes não garantiam o atendimento mínimo necessário para um ensino superior de qualidade (CUNHA apud MANCEBO, 2009).

Posteriormente, com os governos militares há o aprofundamento das ambigüidades e contradições existentes na condução, expansão e oferta do ensino superior. Com efeito, é importante mencionar que em dezembro de 1965, o então Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou o Parecer nº 977, que ficou conhecido como Parecer Sucupira<sup>1</sup>, reconhecendo as experiências de pós-graduação brasileiras como um novo segmento de ensino e traçando o primeiro formato institucional básico diferenciado em dois níveis (mestrado e doutorado).

---

<sup>1</sup> O marco legal, que propiciou o crescimento ordenado da pós-graduação brasileira, ficou conhecido como Parecer Sucupira, alusão a seu relator.

Os recursos financeiros foram destinados para algumas universidades públicas, permitindo o desenvolvimento da pós-graduação, a institucionalização da profissão docente, a construção de novos campi universitários, a estruturação de laboratórios e outras conveniências. Foram também criadas novas universidades federais e estaduais e algumas já existentes expandiram suas atividades (MANCEBO, 2009).

Na contramão desse processo, as instituições privadas também receberam sólidos incentivos públicos, tanto de forma direta quanto indireta e possuíam representação majoritária no CFE, o que, somado às afinidades políticas dos empresários do ensino com os governos militares, permitiu-lhes um novo salto de expansão, a ponto de se tornarem majoritárias no ensino superior brasileiro a partir desse período (MANCEBO, 2009).

Em 1968 tem-se o início de uma nova fase do ensino superior brasileiro, onde o movimento da reforma universitária, que buscavam reivindicar a eficiência administrativa, estrutura departamental e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão como necessárias para organização das universidades.

A mobilização estudantil, caracterizada por intensos debates dentro das universidades e pelas manifestações de rua, vai exigir do Governo medidas no sentido de buscar soluções para os problemas educacionais mais agudos, principalmente dos excedentes. A resposta de maior alcance foi a criação, pelo Decreto n 62.937/68, do Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar em caráter de urgência as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a “crise da Universidade” (FÁVERO, 2006, p. 32).

Frente aos impedimentos conservadores e tímida abertura política para se discutir a questão da universidade brasileira, o GT produz Relatório sobre as problemáticas vivenciadas e chama atenção para organização tradicional das faculdades, que mesmo diante de certos progressos, ainda se apresenta inadequada para atender verdadeiramente às exigências e necessidades do processo de desenvolvimento do país que se intensificou na década de 1950, e se preserva inadaptada às mudanças dele decorrente. Sobre a questão da expansão das instituições de ensino superior, o documento ressalta que o vem ocorrendo é a multiplicação de unidades, porque a universidade se expandiu, mas sua essência permanece com a estrutura anacrônica que não favorece o processo de

desenvolvimento e a inovação, principalmente por falta de cultivo à investigação científica e tecnológica e a pouca aparelhagem (FÁVERO, 2009).

Com o fim da ditadura militar, os problemas, contradições e ambigüidades tiveram continuidade. A partir dos anos de 1990, tem-se início um novo marco histórico, visto que o advento do neoliberalismo e a intensificação da globalização da economia redefinem o papel do estado brasileiro, na busca por flexibilização do sistema, redução da atuação do estado na garantia dos direitos sociais, reforma no modelo de gestão, descentralização financeira e administrativa e centralização no processo de avaliação com vistas à alcançar a qualidade.

De acordo com Lima (2007) a inserção capitalista dependente dos países periféricos, e mais especificamente o Brasil, na divisão internacional do trabalho foi intensificada durante os anos de 1990 como resultado da execução de conjunto de reformas neoliberais, parte constitutiva da reforma do Estado brasileiro, somadas às alterações na esfera produtiva e à conformação de uma nova forma de sociabilidade social no país.

A educação em geral e, em particular a educação superior foi (re)estruturada com muita intensidade pela própria reforma do Estado, na qual está presente a transformação das instituições de educação superior em organizações sociais, que seriam fundações públicas regidas pelo direito privado, retirando com isso a unidade do sistema federal, submetendo esse nível de ensino às regras do privado e subordinando as práticas sociais à lógica mercantil (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 49).

Segundo Silva Júnior (2005) a segunda metade dos anos de 1990 apresentou-se pródiga em iniciativas oficiais na esfera educacional, era necessário formar a população brasileira em processos cognitivos, nos necessários conteúdos postos pela mundialização do capital, tornando cada cidadão apto para o trabalho (competente e empregável) e preparando um novo cidadão para o mundo globalizado.

No que tange a política educacional tem-se o marco legal instituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96, que segundo Silva Júnior (2005) se encontra o ordenamento jurídico da educação superior, principalmente o extenso e genérico capítulo *Da Educação Superior*.

Entre outros aspectos inaugurados com a LDB ressalta-se o art 45, a educação superior passa a ser ministrada em instituições de ensino público ou privadas com variados graus de abrangência ou especialização. Por sua vez, o art.

54, assegura às universidades, estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e funcionamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. Esses aspectos legais citados acentuam ainda mais a diferenciação institucional, bem como a diversificação de fontes de financiamento a autonomia universitária (SILVA JÚNIOR, 2005, p. 66).

Para Lima (2007) ocorre o aprofundamento da desresponsabilização do Estado, a redução das verbas públicas para as universidades federais e o empresariamento da educação, essas questões apontadas ocorreram através de uma série de reformas na política educacional expressas no estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e execução da política educacional brasileira.

## 1.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

A prática universitária, que envolve relações de ensino, pesquisa, extensão, administração, entre outras, é parte constitutiva essencial da identidade da instituição universitária e, em seu cotidiano, contém e revela as transformações por que passa essa instituição em decorrência de reformas conduzidas no âmbito das políticas públicas de educação superior.

Diante disso, pode-se dizer que a prática universitária é o resultado concreto do pretendido pelos formuladores das políticas de educação superior. Contudo, esse resultado tende a ser muito diferente do conteúdo e forma pensados por tais formuladores, em razão das múltiplas mediações que se põem entre a esfera da União e a especificidade histórica da instituição universitária.

É preciso também considerar a esfera de disputa pelos rumos e direção da educação superior, disputa que se expressa no confronto entre capital e trabalho na tessitura social e seu protagonismo na definição do papel social da escola em todos os seus níveis. Assim, segundo Sguissardi (2004, p. 33):

... Ainda que jamais se tenha firmado um modelo típico de universidade brasileira, pode-se inferir que, a cada época, esta se

apresentou com muitos traços de algum modelo ideal ou idealizado pelos países centrais. Hoje, entretanto, talvez seja mais seguro afirmar que ocorre uma contraditória superposição de modelos universitários e, simultaneamente, o trânsito para uma universidade – “pública” e privada – neoprofissional, heterônoma e competitiva.

A concepção de universidade e sua estruturação vem sendo desenvolvida na atualidade, segundo afirma Sguissardi (2004), com características neoprofissional, heterônoma e competitiva. Questão demonstrada nos indicadores apresentados a seguir.

O número de Instituições de Educação Superior (IES) privadas, e em especial privadas com fins lucrativos, está aumentando muito mais do que o das IES públicas: de 1994 a 2000, para um aumento total de 38% do número de IES no país, o das IES privadas cresceu 58% e o das IES públicas diminuiu 23% (as IES municipais passaram de 86 para 54; o número de universidades federais manteve-se em 39 e o IES isoladas federais aumentou de 18 para 22; o número das universidades estaduais passou de 25 para 30 e o das IES isoladas estaduais diminuiu de 48 para 31) (SGUISSARDI, 2004).

Quanto ao montante de matrícula em 2001, as matrículas no setor privado já atingiram a marca dos 70% contra 30% do setor público. Nesse mesmo ano, a oferta de vagas no setor privado já atingia 82% do total de vagas, sendo que destas, 54% foram oferecidas no setor privado *stricto sensu*.

Entre outros aspectos que se pode inferir sobre os dados apresentados, uma questão importante é a competição entre as IES do setor privado pela clientela que de acordo com as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem praticamente esgotada sua capacidade de pagar as mensalidades.

Ao lado das restrições financeiras, do movimento de retirada gradativa do Estado da manutenção e expansão do setor público federal, do incentivo à criação de fundações privadas nos campus do setor público, são criadas facilidades para a abertura e expansão das instituições privadas, em especial privadas *stricto sensu* ou particulares (empresas comerciais), que possuem interesses e razões na equação: cliente, renda e lucro (SGUISSARDI, 2004).

Sobre o fenômeno da heteronomia, setores externos possuem cada vez mais poder de definição das finalidades, missão, função social, produtos e agenda das universidades. Essa influência tem sido fomentada principalmente pelo setor econômico através das indústrias e do empresariado.

O modelo heterônomo não significa que a universidade passa a ser subitamente governada por atores extra-universitários, mas que sua prática cotidiana (suas funções, prioridades e organização interna, suas atividades, estrutura de prêmios e penas etc) estaria cada vez mais subsumida pela lógica do mercado e do Estado (SGUISSARDI, 2004, p. 48).

Discutir a função social da universidade na conjuntura política e econômica do neoliberalismo e da globalização, requer compreender que o processo histórico não tem favorecido um modelo de universidade comprometida com universalização dessa etapa de escolarização e tão pouco com um processo formativo que valorize os interesses coletivos de sujeitos portadores de direitos sociais. O que se tem vivenciado nos últimos anos é a ênfase na lógica empresarial e mercantil na condução das relações sociais e na produção do conhecimento no ensino superior.

### 1.3 DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Diante da necessidade de formação escolar em nível superior, atores sociais dos diferentes segmentos da sociedade tem reclamado a expansão e a democratização das universidades, tanto como espaço para formação humana comprometida com a qualidade social de sujeitos coletivos, quanto para formação unilateral para o mercado de trabalho através da profissionalização imediata.

Considerando essa trama dados sobre a educação superior no Brasil sinalizam que estamos vivenciando uma dualidade nesta etapa de formação escolar: de um lado o elevado custo-aluno no ensino superior e por outro a necessidade de expansão e democratização das instituições universitárias, ainda pouco expressivas (AMARAL, 2008).

Considerando o processo tardio de criação e fortalecimento das universidades brasileiras, pode-se dizer que esse fato representa uma condição histórica recente no cenário educacional brasileiro, assim muito ainda há para se fazer e neste nível de ensino. No entanto, Martins (apud AMARAL, 2008) enfatiza o crescimento do ensino superior numa média de 7% ao ano, com diversificada forma de atendimento ao aluno ingressante na graduação.

Nessa direção, o processo de expansão foi acompanhado pela ampliação de vagas tanto no setor público quanto no setor privado, com expressiva mudança no perfil da população que tem acesso ao ensino superior. Notadamente, durante um longo período da história da educação superior no Brasil este nível esteve sob a tutela do setor privado e destinado as elites dirigentes.

É importante considerar que o aumento no número de alunos que ingressam no ensino superior, ainda é pouco expressivo quando se revela a demanda que concorre para as vagas ofertadas e também o número de jovens que não concluem ou não tem acesso à educação básica.

Também vale ressaltar que o crescimento no atendimento das universidades deve vir acompanhado pelo fortalecimento do trabalho e produção acadêmica das instituições que necessitam ter um envolvimento com a pesquisa, considerando o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Segundo Silva Júnior (2004), a grande maioria das instituições universitárias possui alguma atividade desta modalidade, muitas vezes frágil e isolada, enquanto que muitas, com um trabalho mais fraco, sobretudo no aspecto da pesquisa, não tem nenhum vínculo com a pesquisa. Obviamente que outros fatores devem ser levados em conta nessa análise, como por exemplo, devem ser revisto os investimentos em pesquisas e condições de formação e trabalho dos docentes das universidades.

As finalidades do ensino superior firmadas no art. 43 da LDB nº 9394/96, ressaltam a prioridade para o ensino, extensão e pesquisa, questão que gera a necessidade de definir um campo de organização e alternativas que verdadeiramente contemplem os elemento da ciência articulados e indissociáveis da pesquisa científica e da extensão universitária.

Sobre a expansão do ensino superior, tem-se como ação governamental a implementação em 2005 do Programa Universidade para Todos (PROUNI) com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais (25% a 50%) para os estudantes de baixa renda em cursos de graduação de instituições particulares, sendo que essas instituições também seriam beneficiadas com isenções fiscais.

Na medida em que se busca alternativa para o ingresso do jovem de baixa renda no ensino superior, também é possível dizer que esse programa do governo federal pode acabar incentivando o crescimento desordenado do setor privado na oferta de vagas para alunos do PROUNI. Esse fato incentiva a concorrência e a competição entre as instituições de ensino superior privada, e seus resultados

abaixo dos desejáveis. “Pode afirmar que a política de expansão da IES privadas reflete, de um lado, a omissão dos governos em relação à expansão das instituições públicas criando um reserva de mercado para o setor privado” (CHAVES; SILVA JÚNIOR, 2008, p. 75).

Também se tem vivenciado a expansão via liberalização e desregulamentação do setor privado que tem encontrado facilidades para expandir, por meio da adoção pelo Estado brasileiro de uma série de mecanismos, tais como: a liberalização dos serviços educacionais, isenções tributárias, isenção da contribuição previdenciária das filantrópicas, isenção do salário educação, bolsas de estudo para alunos carentes via programa de crédito educativo hoje transformados em FIES, empréstimos financeiros a juros baixos por instituições bancárias oficiais, dentre outras formas de estímulo. (CHAVES; SILVA JÚNIOR, 2008).

Outra política que merece destaque é a denominada Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que entre outros elementos introduz mudanças na rotina das atividades das universidades e o aumento do número de aluno por professor, acarretando com isso a precarização no trabalho docente que tem suas funções intensificadas. “Do ponto de vista do capital, trata-se de aumentar o trabalho docente em extensão, intensidade e qualidade. É o que pode ser evidenciado na instituição da atual política de expansão adotada pela governo...” (CHAVES; SILVA JÚNIOR, 2008, p. 80).

Para Lima (apud CHAVES; SILVA JÚNIOR, 2008) na aparência o Programa REUNI fortalece a universidade pública, especialmente as universidades federais, viabilizando a ampliação do acesso à educação superior. Em sua essência, o REUNI cria as condições objetivas para a precarização do trabalho docente, tanto dos substitutos como dos professores em regime integral e dedicação exclusiva.

É interessante dizer que a busca pela democratização do ensino superior pelos diferentes segmentos da sociedade, tem forçado ações governamentais a buscar estratégias de inclusão de uma demanda de alunos que concluem o ensino médio, visto que a atual configuração do mercado de trabalho tem exigido qualificação em níveis mais elevados de ensino o que provocado um duplo movimento, por um lado a expansão do ensino superior e, por outro, a queda de sua qualidade.

Contudo, vale dizer que a educação básica ainda representa para um número significativo de alunos uma etapa de terminalidade, visto que diante do caminho dual

em que se apresenta (formação técnica e propedêutica) muitos alunos não ingressam na educação superior, daí a necessidade de discutir a dualidade estrutural na educação e suas implicações no perfil do aluno que ingressa na educação superior, questão abordada no próximo capítulo.

## 2 ENSINO MÉDIO E O INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### 2.1 A DUALIDADE ESTRUTURAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

De acordo com Kuenzer (2007) as mudanças na economia e nas relações sociais ocorridas nas últimas décadas no mundo trabalho, com o advento do avanço científico-tecnológico, têm intensificado os desafios para o Ensino Médio brasileiro. Visto o percurso histórico desse nível de ensino sempre esteve marcado pela ambigüidade: ao mesmo tempo tem preparado para o mundo do trabalho e para a continuidade dos estudos.

Essa tem sido uma das marcas de uma sociedade assumidamente classista, organizada predominantemente ao longo de sua história sob a égide capitalista das relações de produção. Assim, é peculiar da formalidade educativa brasileira a dualidade escolar. Sobre isso, Kuenzer (2007) enfatiza que a dualidade estrutural configura-se como uma categoria explicativa da forma como está estruturada a educação no Brasil, onde são perceptíveis dois caminhos escolares distintos a partir das funções essenciais do mundo do trabalho: um, para os que exercem a função de dirigente; outro, para os que serão preparados para o mercado de trabalho com poucos anos de escolaridade.

Esse fato merece destaque no Ensino Médio, pois é nesta etapa que, por um lado, é enfatizada a formação técnica do sujeito para o mercado de trabalho e, por outro, conduz a classe dirigente para a apropriação da cultura e do saber. Kuenzer (2001) acrescenta que a contradição existente entre capital e trabalho consolida-se nas relações sociais do capitalismo adentrando no campo educacional sob a forma dual/estrutural do ensino (técnico e propedêutico), exigindo formação diferenciada para classes sociais distintas.

Nessa perspectiva, é oportuno enfatizar que nas sociedades capitalistas as propostas educacionais executadas pelos Estados burgueses, buscam atender às exigências do mundo produtivo, embora no discurso isto seja ocultado pela proclamada preocupação com o trabalhador.

Desse modo, o projeto dominante de educação atribui à escola a função de formar os indivíduos das classes sociais diferenciadas para assumirem o papel que lhes cabe dentro da divisão social e técnica do trabalho (KUENZER, 2001). No

entanto, essa concepção dominante de educação é confrontada no embate da luta de classes, onde os progressistas almejam uma organização educacional que permita aos seus filhos a escolha da trajetória escolar, sem que isso esteja condicionado à origem de classe.

No contexto brasileiro, nos anos de 1942, a organização educacional se dava de acordo com as Leis Orgânicas decretadas, 1942 à 1946, pelo Estado Novo “o caminho escolar das classes populares, caso escapassem da evasão, ia do primário aos diversos cursos profissionalizantes” (GHIRALDELLI JR, 2001, p. 84).

Para Kuenzer (2001), a Reforma Capanema<sup>2</sup> um sistema educacional com caminhos educacionais diferenciados. Para as elites, ensino secundário (científico e clássico) destinado ao preparo dos estudantes para o ingresso no nível superior; para os trabalhadores, ensino profissionalizante, que tinham a mesma equivalência, porém não asseguravam continuidade nos estudos.

Essa acentuada demarcação em duas vertentes distintas atendia as exigências da divisão social e técnica do trabalho, fornecendo as condições necessárias para a indústria em desenvolvimento no país. Esse ciclo se “complementa com a criação dos Sistemas SENAI, em 1942, e SENAC, em 1946, pela iniciativa privada como forma de atender às demandas de mão-de-obra qualificada” (KUENZER, 2001, p. 14).

A divisão - educação geral e técnica - é também perceptível no período de 1950 a 1970, por influência do dominante processo taylorista/fordista de organização e gestão do trabalho que requer o rompimento entre pensamento e ação (KUENZER, 2004). Na escola, isso refletirá na dificuldade de interação do aluno com o conhecimento que integre conteúdo e método para oportunizar o domínio tanto das práticas produtivas quanto sociais.

No Brasil, esse contexto fragmentado da educação se expressa desde as Leis Orgânicas do Ensino Técnico de 1942 até o Decreto nº 2.208/1997 – entre outros aspectos legitimou a formação profissional para o nível pós-medio e superior - , sempre marcado pelo embate entre as forças conservadoras e progressistas, sendo que as últimas atuam no espaço restrito da democracia burguesa (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005).

---

<sup>2</sup> A Reforma Capanema foi o nome dado a reforma do sistema educacional brasileiro que ocorreu sob orientação do ministro da educação e saúde Gustavo Capanema durante a Era Vargas (1930-1945).

Nesse contexto, e através das lutas de alguns setores progressistas inspirados no rompimento da dicotomia do trabalho manual e intelectual no capitalismo, no início do século XXI a revogação do Decreto nº 2.208/1997 e a publicação do Decreto nº 5.154/2004, que traz a possibilidade, ao menos num plano discursivo, de formação integral do sujeito (através da implantação do Ensino Médio Integrado) que sugere a ruptura da formação historicamente pautada pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005). Recentemente, tem ocorrido em vários estados a implantação dessa proposta.

Para Araújo (2006), o Decreto nº 5.154/2004 se configura como uma acomodação de interesses, pois possibilita a coexistência de ensino médio propedêutico, profissionalizante de maneira independente e a integração entre ambos, nesses termos o Estado se omite de concretizar um projeto educacional verdadeiramente unificado no Ensino Médio. Sobre isso, entende-se que na “disputa política e teórica, o ‘desempate’ entre as forças progressistas e conservadoras poderá conduzir para a superação do dualismo na educação brasileira ou consolidá-la definitivamente” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 37-8).

A realidade do Ensino Médio no Brasil também conta com a avaliação institucional externa configurada através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Atualmente o Ministério da Educação e Cultura (MEC) reformulou sua proposta e passou a utilizar seu resultado como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. Segundo o MEC (2011) os principais objetivos do ENEM é a democratização das oportunidades de acesso às vagas das instituições federais de ensino superior, e também possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos das escolas de ensino médio.

Desse modo, a configuração do ensino médio e sua possibilidade de acesso ou não à universidade, vem trazendo à tona a necessidade de discussão sobre o público que ingressa na educação superior federal e a própria configuração desse espaço formativo no Amapá.

A trajetória de oferta da educação de nível médio no estado do Amapá vem acompanhando as mudanças legais instituídas no cenário nacional brasileiro. Assim, atualmente este nível de ensino está organizado em ensino médio (sendo ofertado nas modalidades: regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA); e também através

do Sistema Modular de Ensino destinado a atender a população da zona rural) e ensino médio integrado.

Na tabela abaixo é possível visualizar o número de alunos atendidos na última etapa da escolarização básica nas 34 escolas da rede estadual de ensino, situadas no município de Macapá no ano de 2007.

Tabela 1: Número de alunos matriculados no Ensino Médio no município de Macapá

<b>Oferta</b>	<b>Número de alunos</b>
Ensino Médio Regular	19.660
Ensino Médio (modalidade EJA)	4.492
Ensino Médio Integrado	1.084
<b>Total Geral</b>	<b>25.236</b>

**Fonte: SEED/CEBEP/NEM**

Diante dos dados apresentados é possível dizer que no município de Macapá o número de alunos que estão freqüentando o ensino médio regular é bastante elevado em comparação aos números apresentado pela modalidade EJA e Ensino Médio Integrado.

Informações obtidas no Núcleo de Ensino Médio (NEM) da Secretaria de Estado da Educação (SEED) afirmam que “ao final de cada período letivo, nos últimos 03 anos, cerca de 10.000 alunos concluem o ensino médio do Amapá, incluindo os alunos das escolas particulares e os das escolas que ofertam a modalidade de EJA” (SEED/CEBEP/NEM).

Assim, fica evidenciada a elevada demanda de sujeitos que podem tanto buscar a continuidade de seus estudos na educação superior, quanto adentrar no mercado de trabalho.

## 2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO AMAPÁ

A Educação Superior no Amapá surge como uma extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA) e de forma tardia – meio século depois da primeira

universidade brasileira, pois de acordo com Sguissardi (2004) somente em 1920 foi instituída a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro.

Mesmo surgindo tardiamente, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) esse ato dos dirigentes da UFPA, expandindo suas ações de interiorização além de suas fronteiras, deu-se origem ao Núcleo de Educação de Macapá (NEM), sob a forma de um campus avançado, aprovado pelo conselho universitário. Esta ação veio atender os anseios do setor educacional do então Território Federal do Amapá (TFA) que precisava dar conta das exigências que a Lei nº 5.540/68 colocava em relação à formação de profissionais capacitados para atuarem na sociedade principalmente no que se refere à formação de professores.

Assim, por meio do parecer nº 663/70 o Conselho Federal de Educação regulamentou e autorizou a UFPA a atuar no então TFA oferecendo os cursos de licenciaturas polivalentes de 1º Ciclo nas áreas de Letras, Estudos Sociais, Ciências Naturais, sendo que esses cursos eram oferecidos durante o recesso escolar, ou seja, nos meses de julho, janeiro e fevereiro.

É importante frisar que Reforma Universitária de 1968 trouxe a imposição legal do conteúdo técnico em vez do político. Nessa direção, a autorização dos cursos superiores supracitados nas terras amapaenses mediante o NEM/UFPA seguiu a tendência nacional de modernização da economia brasileira e fez parte da estratégia militar de desenvolvimento da região como vistas a sua inserção eficiente na economia de mercado.

Desse modo, as primeiras iniciativas de educação superior no Amapá surgem atreladas às demandas do setor educacional da região e são voltadas especificamente para a formação de docentes. Tais ações representaram um avanço relativo na qualificação docente e deram aos amapaenses a possibilidade, mesmo que restrita e limitada, de cursar o ensino superior sem precisar sair do território amapaense.

Segundo o Inep (2006) com a promulgação da Lei nº 5.692/71, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, a UFPA, por meio do NEM, procurou adequar-se às exigências explícitas nesse instrumento legal e passou a oferecer, além dos cursos já mencionados anteriormente, a Licenciatura em Educação Física para o 1º grau, a Licenciatura Monovalente de 1º grau (1º ciclo) em artes práticas, abrangendo Artes Industriais, Agrícolas, Técnicas Comerciais e

Educação para o lar. Também passou a ofertar Licenciatura em Pedagogia para o 1º grau, nas habilitações de administração, supervisão e inspeção escolar.

A década de 1980 assinala a continuidade da expansão do ensino superior no Amapá, sobre isso o Inep (2006, p. 24-5) demonstra que amplia sua oferta de cursos ofertando os chamados cursos de complementação. Sua intenção foi principalmente foi transformar as Licenciaturas Curtas em Licenciaturas Plenas e envolveu os seguintes cursos: Ciências Biológicas, Matemática, Biologia, História e Letras. Também ocorreu nesse período uma parceria entre NEM e UFPA na oferta de cursos de nível de 2 grau voltados para a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental.

Ainda de acordo com informações do Inep (2006) durante toda a sua existência, que foi de 1970 a 1992, o NEM ocupou vários espaços físicos até ser instalado em um prédio próprio, construído com o fim de abrigá-lo. O prédio se constituía de dois blocos de sala de aula, um bloco de administração, além de uma biblioteca. O campus avançado do TFA, ou seja, o NEM, teve uma única coordenadora, durante o tempo de funcionamento, sendo esta a responsável direta pelos contatos pedagógicos e administrativos com a UFPA. Destaca-se que o espaço físico construído especificamente para o funcionamento dos primeiros cursos em nível superior no TFA foi o embrião para a futura Universidade Federal do Amapá.

A transformação do TFA em Estado da Federação se dá em 1988, por meio da Constituição Federal (INEP, 2006, p. 25). Contudo, conforme ressaltam Moraes e Rosário (1999) tanto o Território Federal do Amapá como o de Roraima, não foram transformados em estados da Federação por terem alcançado grau de desenvolvimento em nível nacional, e sim, porque o governo central resolveu reconhecer a completa inconstitucionalidade dos territórios federais na ordem vigente.

Mesmo assim, essa alteração política representou uma série de mudanças de toda ordem: econômica, política e administrativa, a fim de adequar esse espaço geográfico e populacional ao novo status adquirido (INEP, 2006, p. 25). Sobre isso, Moraes e Rosário (1999) afirmam que a principal mudança ocorrida com a transformação para Estado refere-se à autonomia política, econômica e financeira, pois no período em que o Amapá era Território Federal, não possuía autonomia para escolher seu governador e, não existiam os poderes legislativo e judiciário.

No entanto, o Estado do Amapá surge num contexto de crise. De acordo com o Inep (2006) esse é um período de forte crise do estado capitalista e de surgimento do estado neoliberal, enquanto ideologia que fortalece o privado em detrimento do público, priorizando o econômico sobre o social e elegendo como metas para a educação a obrigatoriedade apenas do ensino fundamental. É nesse contexto que é autorizado o funcionamento da primeira instituição pública do Estado do Amapá: a Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), uma fundação pública autorizada pela Lei nº 98.997/90. Apesar de haver uma autorização para criação de uma universidade em 1986, o fato só ocorreu quatro anos depois, com a transformação do Amapá em Estado da Federação brasileira.

Assim, pode-se dizer que a UNIFAP surge no cenário educacional amapaense no contexto do estado neoliberal. As mudanças decorrentes do processo de reestruturação produtiva exigiram reformulações no Estado burguês para garantir o seu papel explicitado por Frigotto (2006) de articulador dos interesses intercapitalistas. Esse estado segundo Silva Júnior (2002) converte-se no Estado Gestor que sobre a pressão das agências multilaterais, principalmente o Banco Mundial, vai operar um conjunto de reformas institucionais nos países periféricos do capitalismo, entre eles o Brasil, com vistas a transformar a esfera pública em um domínio da lógica do capital e garantir a mercantilização dos direitos sociais, entre eles a educação.

É no âmbito dessas mudanças no Estado que segundo dados do Inep (2006) a UNIFAP realiza o seu primeiro exame vestibular em 1991 sendo ofertados os cursos de Biologia, Educação Artística, Matemática, Letras, Geografia, História, Pedagogia, seguindo os passos deixados pelo NEM, que ficou funcionando paralelamente com a nova instituição até o ano de 1992. Essa fundação, que teve embrião o NEM, vai representar um marco significativo na medida em que consolida o ensino superior para o novo estado. Abrindo novos cursos além dos já ministrados, anteriormente em convênio com a UFPA, criando maiores oportunidades para uma juventude que se mostrava ávida por ampliar seu processo de formação escolar no próprio local em que reside. Com o passar dos anos a UNIFAP se expandiu ofertando cursos também nos municípios de Laranjal do Jarí e Oiapoque e organizando pólos universitários, inclusive no Afuá município do Estado do Pará.

Durante a década de 1990 a UNIFAP teve que atender a demanda de jovens e adultos que buscavam a formação em nível superior. Neste período também se

pode contar com uma instituição da rede privada de ensino, a primeira no Estado do Amapá, o Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP), criado pelo Decreto nº 98.842 de janeiro de 1990 do Ministério da Educação. Esse centro universitário é vinculado a uma instituição privada do Estado do Pará, a Universidade da Amazônia (UNAMA).

Com efeito, pode-se dizer que ocorreu no Estado um período de quase estagnação no qual o número reduzido de instituições de ensino superior tinha a função de atender àqueles que buscavam níveis elevados de escolarização. Diante desse quadro de “quase estagnação” era de se esperar uma ampliação do acesso a educação superior pública. No entanto, nota-se um movimento contrário que beneficiou o setor privado.

De acordo com o INEP (2006) nos anos 2000 surgem onze novas instituições de educação superior no Estado, todas de caráter privado, seguindo uma tendência nacional de desresponsabilização para com a educação pública e de estímulo ao empresariamento do ensino. Quanto a oferta na rede pública houve a criação da Universidade Estadual do Amapá (UEAP) em 30 de junho de 2006.

Também se faz necessário dizer que essa expansão do setor privado parece indicar que a UNIFAP mesmo tendo se expandido e ampliado sua oferta de cursos ainda é insuficiente para a demanda dos estudantes amapaenses que buscam o acesso à educação superior. Esse fator, entre outros, pode ter contribuído para o crescimento de vagas via iniciativa privada.

Diante do exposto vale ressaltar a necessidade de aprofundamento teórico e empírico sobre o perfil dos alunos que conseguem garantir uma vaga na rede pública federal de ensino em Macapá, visto que a cada dia os direitos sociais, entre eles o da educação, vem sofrendo os impactos da busca do capital por novos mercados.

### **3 O PERFIL DOS ALUNOS DA UNIFAP**

#### **3.1 METODOLOGIA DE PESQUISA**

Este estudo teve como opção teórico-metodológica a pesquisa quantitativa, para descrever e analisar o perfil dos alunos que ingressaram na UNIFAP em 2008. Diante disso, buscou-se através dos dados coletados a realização de uma análise cuja “a linguagem matemática é utilizada para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis” (TEIXEIRA, 2008, p. 136).

Diante do exposto é importante dizer que a amostra do estudo foram 710 alunos que ingressaram na UNIFAP no ano de 2008 dos seguintes cursos: Secretariado Executivo, Direito, Ciências Ambientais, História Bacharelado, Engenharia Elétrica, Arquitetura e Urbanismo, Biologia Bacharelado, Enfermagem, Letras, Educação Física, Artes Visuais, Física, Geografia, Pedagogia e Ciências Sociais. O material coletado é fruto de pesquisa documental realizada no Departamento de Processos Seletivos e Concursos da UNIFAP.

#### **3.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS DISCENTES QUE INGRESSARAM NA UNIFAP EM 2008**

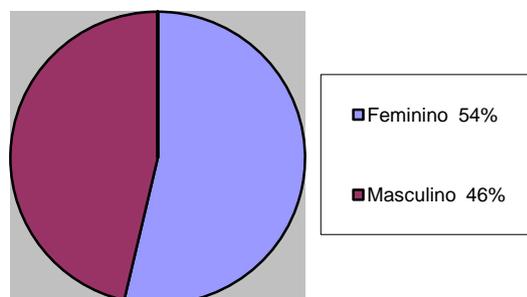
Em meados do século XXI ainda estão presentes muitas dúvidas sobre aqueles sujeitos que tem mais acesso ao ensino superior público no Brasil, e mais especificamente no Amapá. Tanto pela história recente de abertura política para democratização desse espaço formativo, quanto pelos condicionantes sociais representados pela dualidade estrutural do ensino que acaba dificultando o ingresso de alguns grupos sociais no cenário acadêmico.

Diante disso, e nos limites dessa investigação científica, busca-se o entendimento sobre o perfil dos alunos ingressantes na UNIFAP no ano de 2008. Essa análise será realizada considerando os seguintes aspectos: gênero, raça,

pessoas com necessidades especiais, tipo de ensino médio que conclui, onde concluiu o ensino médio e renda familiar.

Os dados evidenciados no gráfico 01 demonstra uma relação bastante equilibrada entre o percentual de pessoas do gênero masculino (46%) e feminino (54%) que ingressaram no cenário universitário público federal amapaense. Esse fato constatado na pesquisa reforça os indicativos teóricos de que a expansão do ensino superior tem possibilitado o ingresso feminino no espaço acadêmico.

Gráfico 01: Gênero



Fonte: UNIFAP/DEPSEC

Por outro norte, Barroso e Melo (1975) apontam que o acesso à universidade não se dá de maneira uniforme, isso porque algumas carreiras formativas/profissionais são ocupadas tradicionalmente por mulheres. Assim a participação do gênero feminino no ensino superior vem seguindo historicamente uma tendência culturalmente instituída que desemboca na estratificação por gênero e intimida a verdadeira democratização da universidade.

Essa assertiva encontra relação empírica com o perfil, considerando o gênero, dos acadêmicos que ingressaram na UNIFAP no ano de 2008. Questão que pode ser ilustrada na tabela abaixo que demonstra o ingresso de homens e mulheres em alguns cursos ofertados.

Tabela 02: Cursos e números de pessoas do gênero masculino e feminino

<b>Curso</b>	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>
Pedagogia	3	6%	45	94%
Secretariado Executivo	10	24%	32	76%
Artes Visuais	15	36%	27	64%
Física	37	92%	3	8%
Enfermagem	17	36%	30	64%
Engenharia Elétrica	35	87%	5	13%

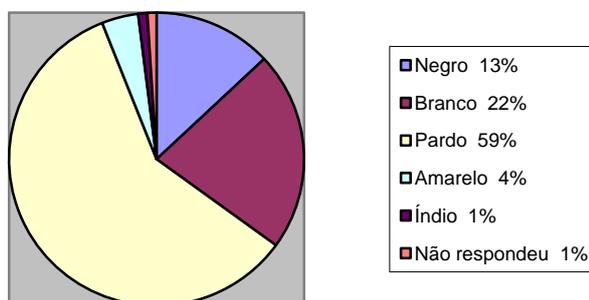
**Fonte: UNIFAP/DEPSEC**

Diante disso, é possível inferir que nas “carreiras masculinas”, representadas pelos cursos de Física e Engenharia Elétrica, é perceptível uma pequena participação feminina na tentativa de romper com os condicionantes sociais que estratifica a sociedade por gênero. Sobre essa questão Rosemberg (1994, p. 30) acrescenta que “não parece haver dúvida que homens e mulheres seguem carreiras escolares diferentes, constituindo verdadeiros guetos sexuais”.

Desse modo, mesmo as mulheres na UNIFAP sendo a maioria das vagas ocupadas no ano de 2008, seguem a tendência dicotômica das carreiras formativas/profissionais seguidas por homens e mulheres. Nessa direção, Rosemberg (1994, p. 39) afirma que “o sistema de ensino trata de forma diferenciada homens e mulheres, articulando-se ao princípio da divisão sexual do trabalho...”

Outro aspecto interessante que auxilia na compreensão do perfil dos alunos ingressantes no ensino superior é a questão racial. Sobre isso, o gráfico 2 apresenta os percentuais de alunos negros, brancos, pardos, amarelos e índios que ocuparam vagas na universidade em 2008.

Gráfico 02: Questão racial



Fonte: UNIFAP/DEPSEC

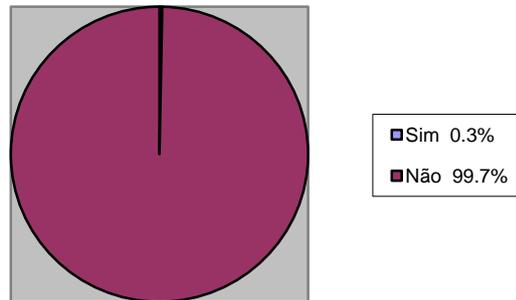
A sociedade amapaense apresenta em seus espaços sociais a diversidade racial peculiar da sua população. Os dados apontados no gráfico 02 ilustra o percentual de alunos ingressantes na UNIFAP classificados por raça, onde constatou-se que a maioria (59%) se identificaram como pardos, os brancos representam 22%, os negros somam 13% , e em percentual bastante pequeno estão os amarelos (4%) e os índios (1%).

Diante disso, chama-se a atenção para o percentual de negros (13%) que ingressaram na UNIFAP em 2008, isso porque em um país com um número grande de pessoas negras, estes estão sub-representados na universidade pública. Essa constatação reforça a idéia de que a desigualdade racial ainda apresenta traços bastante fortes em diversos campos sociais, tendo destaque na oportunidade de emprego, na distribuição de renda, de moradia, e também no foco central dessa pesquisa, no acesso a universidade.

Assim, é importante questionar o papel social da universidade pública e a necessidade dessa instituição formativa proporcionar um processo educativo mais justo e verdadeiramente democrático para contribuir na elaboração e socialização de conhecimentos que ajudem a efetivar políticas exclusivistas para os grupos sociais excluídos.

Neste estudo também foi possível verificar dados que mostram o número de pessoas com necessidade educacionais especiais que ingressaram na universidade em 2008, presentes no grafico 03 abaixo:

Gráfico 03: Pessoas com necessidades educacionais especiais



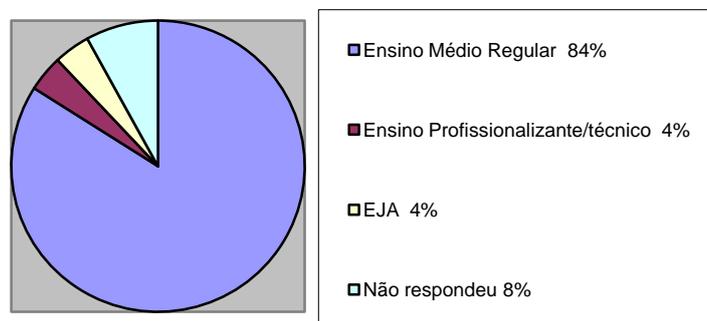
Fonte: UNIFAP/DEPSEC

O gráfico acima mostra que um percentual bastante reduzido de pessoas com necessidades educacionais especiais conseguiram ingressar na UNIFAP, apenas 0,3%. Esses dados revelam o processo de exclusão escolar que essas pessoas estão inseridas. Vale também acrescentar que aquele que conseguiu vaga (representa 1 aluno) está no curso de Física e possui deficiência motora.

Essas informações levantadas nesta pesquisa mostram que muito ainda é preciso ser feito para garantir o acesso de pessoas com deficiência na universidade. Embora as últimas décadas, no Brasil, tenham sido marcadas por movimentos sociais importantes, tendo como lideranças as pessoas com deficiência e militantes dos direitos humanos, que conquistaram o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à plena participação social, a materialização dessa concepção ainda não alcançou a realidade educacional (MOREIRA, 2005).

Outro aspecto importante para traçar o perfil dos ingressantes na universidade, diz respeito a trajetória escolar. Isso porque a característica dual do ensino brasileiro tem direcionado as escolas educacionais e também criado barreiras para o ingresso no ensino superior. Nessa direção o gráfico 04 aponta:

Gráfico 04: Que tipo de ensino médio você frequentou



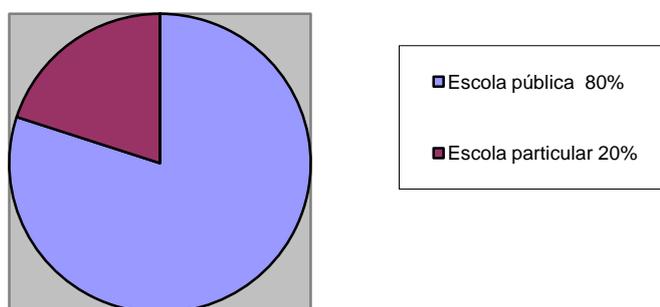
Fonte: UNIFAP/DEPSEC

Os caminhos diferenciados apresentados pelo Ensino Médio, formação propedêutica ou técnica, tem levado os alunos que fazem a formação humanística ao ensino superior, estes representam 84% dos acadêmicos que ingressaram na UNIFAP em 2008. Por outro lado, somente 4% das vagas da universidade são ocupadas por alunos que fizeram ensino médio profissionalizante/técnico. E outros 4% das vagas foram ocupadas por alunos oriundos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Os dados revelam que, de acordo com Kuenzer (2001), a maioria dos educandos, que pela origem de classe optam pelo ensino médio profissionalizante, encontram dificuldades de diversas ordens para prosseguir seus estudos, isso porque historicamente para os grupos menos favorecidos da sociedade o ensino médio técnico tem marcado a terminalidade do processo de escolarização. Enquanto que o ensino médio regular tem servido de trampolim para continuidade dos estudos em nível superior.

Também vale ressaltar, na busca de verificar o perfil dos acadêmicos, o caráter público ou privado da escola onde o aluno concluiu o ensino médio, visto que as escolas particulares em nome do prestígio social que possuem, atuam em uma espécie de treinamento para o vestibular, presentes no gráfico 05:

Gráfico 05: Onde concluiu o Ensino Médio



Fonte: UNIFAP/DEPSEC

O gráfico 5 indica que 80% das vagas foram ocupadas por alunos que concluíram a educação básica da rede pública de ensino e 20% dos ingressantes na universidade vieram da rede particular. Sobre isso é possível inferir que, por um lado, o ensino superior vem oportunizando os alunos das escolas públicas o acesso a universidade o que é bastante positivo. Porém, também se pode dizer que a UNIFAP no ano de 2008 reproduziu o caráter elitista da universidade brasileira, isso porque no que diz respeito ao acesso dos alunos oriundos das escolas particulares esses tem se concentrado em cursos que oferecem oportunidade de formação profissional nas áreas que tradicionalmente são consideradas de maior prestígio social. Sobre isso a tabela 03 é bastante ilustrativa, quando mostra os cursos que mais possuem alunos que concluíram o ensino médio em escola particular e aqueles onde a maioria é oriunda do ensino público.

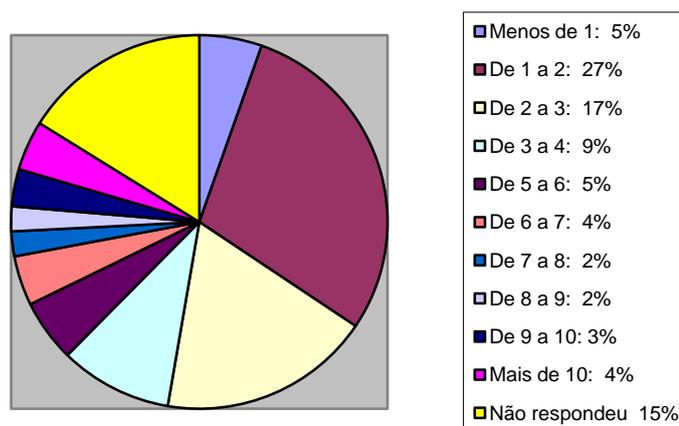
Tabela 03: Cursos e números de alunos oriundos das escolas públicas e privadas

Curso	Escola Pública	Escola Particular
Direito	16%	84%
Enfermagem	13%	87%
Engenharia Elétrica	19%	81%

Fonte: UNIFAP/DEPSEC

A questão da renda familiar também foi analisada nesta pesquisa, visto que o acesso e permanência no ensino superior possuem relação próxima, entre outros elementos, com a condição financeira dos alunos. Para esse assunto o gráfico 06 é revelador.

Gráfico 06: Renda mensal da família



Fonte: UNIFAP/DEPSEC

O que chama atenção nesses dados é o fato de 27% dos alunos serem pessoas que possuem renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos. Diante disso, pode-se dizer que é cada vez mais necessária uma política pública voltada para concessão de bolsa ou outro tipo de ajuda financeira para garantir a permanência na universidade de um público que durante muito tempo esteve fora do espaço universitário.

Os dados levantados nesta pesquisa mostram que a educação superior do sistema federal de ensino no município de Macapá-AP no ano de 2008 contou com o ingresso de alunos oriundos dos diferentes grupos sociais que constituem a sociedade amapaense. Mesmo que alguns grupos (negros, pessoas com necessidades especiais e pessoas de baixa renda) estejam subrepresentados no espaço universitário.

Diante disso, a universidade pública confronta-se com questões complexas, pois ao mesmo tempo em que a sociedade exige a democratização desse espaço

formativo as ações do Estado, enquanto responsável pela manutenção e organização dessa instituição, delimitam sua atuação e expansão.

Para Santos (2010) a universidade encontra-se duplamente desafiada, tanto pela sociedade quanto pelo Estado, sendo que sua reforma não pode ocorrer de maneira parcial, mas estrutural. Assim os desafios postos para educação superior geram crise no sistema de ensino que ainda restringe o acesso de muitas pessoas a formação escolar em seus diferentes níveis.

Santos (2010) destaca três crises presentes na universidade: a de hegemonia; de legitimidade; e a institucional. Para este estudo serão apresentados os aspectos referentes à crise de legitimidade que auxiliam na leitura da realidade investigada neste trabalho de pesquisa científica.

Assim, pode-se destacar segundo Santos (2010) que a crise de legitimidade é em grande medida o resultado do êxito das lutas pelos direitos sociais e econômicos, os direitos humanos, dentre eles o direito à educação. Isso porque a legitimidade da universidade passa a ser contestada quando esta torna socialmente visível que a educação superior e a alta cultura são privilégios das classes superiores.

Assim a reivindicação das camadas populares e a sua busca pelo ingresso na universidade levam a uma revisão da própria legitimidade dessa instituição, que precisa recuperar tal legitimidade na sociedade atendendo suas demandas. Nesse sentido, trata-se de reconhecer que a procura pela universidade deixou de ser apenas a procura de excelência restrita as elites, mas passou a ser a procura por democracia e igualdade.

Com efeito, os alunos que ingressaram na UNIFAP no ano de 2008 expressam, de certa maneira, essa busca por igualdade de oportunidade que se dá nos espaços contraditórios da atual organização social, sendo a universidade reflexo das desigualdades ainda instaladas nas relações sociais contemporâneas.

Essa assertiva ficou visível nos dados apresentados nos gráficos que compõem este capítulo, pois aqueles alunos que ingressaram na universidade representam a busca popular pelo nível superior de ensino. Nesse particular, chama-se atenção para as mulheres, que mesmo adentrando em cursos ditos de “carreira feminina” vem buscando espaço na academia, conforme o que foi visto na tabela 02.

Com efeito, os determinantes sociais relacionados ao gênero e a origem de classe são fatores que possuem forte influência na trajetória escolar das pessoas e,

conseqüentemente, em sua carreira profissional. Isso porque os alunos oriundos na EJA e da educação profissionalizante possuem uma representação pequena no meio universitário, o que vale dizer que as pessoas que por alguma razão foram impedidos de freqüentar a escola na idade “dita” adequada e os que buscam a profissionalização de nível médio possuem mais dificuldade de ingressar na universidade.

O perfil dos alunos que ingressaram na UNIFAP no ano de 2008 demonstra a heterogeneidade da sociedade à qual está inserida, representando as diferenças sociais que, de certa maneira, contribuem para definição da carreira profissional dos sujeitos. Questão evidenciada principalmente quando se verificou a o percentual dos alunos (Tabela 3) vindos da rede particular de ensino nos cursos que possuem prestígio social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Superior brasileira vem passando nas últimas décadas por um intenso processo de reformas instituídas pelo Estado com vista a atender principalmente dois movimentos da sociedade: a) a busca pela democratização da universidade e; b) acompanhar as exigências do mercado capitalista (formação de mão-de-obra e privatização).

Foi exatamente sobre o primeiro movimento, democratização da universidade, que este estudo buscou focalizar considerando como dimensão para sua interpretação o perfil dos alunos que ingressaram na UNIFAP em 2008. Isso porque as demandas para educação superior têm aumentado a cada ano, mas ela, por diversas razões, não tem acompanhado tal demanda. Esse fato coincide com seu perfil elitista que exclui uma parcela significativa da sociedade.

As constatações em que se chegou a partir deste estudo investigativo foram:

- a) há uma paridade entre o número de mulheres e homens que ingressaram na academia no ano de 2008, no entanto, suas carreiras escolares são distintas tendo um número mais elevado de mulheres nos cursos de Artes Visuais, Pedagogia e Enfermagem. Já os homens são maioria nos cursos de Física, Engenharia Elétrica e Direito;
- b) as pessoas declaradas pardas estiveram em número expressivo, enquanto que os negros, amarelos e índios formam grupos minoritários;
- c) o espaço universitário é minimamente ocupado por pessoas com necessidades especiais.
- d) a maioria dos alunos que ingressaram na UNIFAP no ano de 2008 foram oriundos do Ensino Médio. Já aqueles que concluíram na educação profissionalizante e na EJA estão subrepresentados.
- e) é dado interessante a constatação de que a maioria dos alunos que vieram de escolas públicas, porém os cursos com maior prestígio social, como por exemplo, Direito obteve mais alunos aprovados oriundos das escolas particulares.

f) sobre a questão da renda familiar dos acadêmicos verificou-se que a maioria possuem entre 1 e 5 salários mínimos.

Com efeito, os dados revelam o perfil dos alunos e mostram que a democratização do espaço universitário que vem sendo reclamado pelo conjunto da sociedade de fato ainda vem se efetivando lentamente. Sobre isso, é urgente políticas públicas que efetivamente promovam a expansão da formação de nível superior e que grupos minoritários possam adentrar a universidade.

No Estado do Amapá a formação em nível superior ainda é considerada um processo recente e a trajetória dual do ensino médio (formação geral e formação profissional) também implicam na dificuldade de acesso de determinados grupos sociais na universidade.

Pelo apresentado neste estudo, pode-se dizer que se faz cada vez mais importante a leitura da realidade a qual estamos inseridos, neste caso sobre o perfil dos alunos da UNIFAP. Isso porque o desvelamento da realidade permite a leitura de suas contradições o que pode possibilitar a busca por processos justos e igualitários de acesso ao conhecimento e a cultura.

A importância deste estudo está exatamente na necessidade de mostrar o perfil dos alunos que ingressaram UNIFAP em 2008, isso porque diante do quadro de mudança que vem sofrendo a universidade (reforma do estado e da educação superior, privatização, entre outros) num contexto educacional onde a dualidade estrutural da educação tenta definir o percurso escolar dos sujeitos pela origem de classe, pelo gênero, pela questão racial e pela condição de ser ou não pessoa com necessidades especiais, torna-se válido apresentar as fragilidades e os avanços obtidos no caminho pela democratização da educação.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. O financiamento das universidades brasileiras e as assimetrias regionais: um estudo sobre o custo aluno. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Orgs.). **Educação superior no Brasil e diversidade regional**. Belém-EDUFPA, 2008.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **A regulação da educação profissional do governo Lula: conciliação de interesses ou espaço para a mobilização?** In: GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira; LIMA, Rosângela Novaes (Orgs.). Políticas públicas educacionais: o governo lula em questão. Belém: CEJUP, 2006.

BARROSO, Carmem; MELLO, Guiomar. **O acesso da mulher ao ensino superior**. 1975

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Decreto Nº. 5. 154**, de 23 de julho de 2004.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Decreto Nº. 2.208/1997**.

BRASIL, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão do, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)** . Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 2 nov. 2009.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº **9.394/1996**.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Orgs.). **Educação superior no Brasil e diversidade regional**. Belém-EDUFPA, 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil. Revista Educar. Curitiba, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A gênese do decreto 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita**. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 8 ed., São Paulo: Cortez, 2006.

GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. In: RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Orgs.). Brasília: instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado Neoliberal**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação superior em FHC e Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MANCEBO, Deise. Políticas da educação superior. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRAL NETO, Antonio; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Orgs.) **Políticas da educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009.

MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos. **Amapá: de Capitania a Território**. Macapá-AP: JM, 1999.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial (UFSM)**, Santa Maria, v. 2, n. 25, p. 37-48, 2005.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes. **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Pragmatismo e populismo na educação superior: nos governos FHC e Lula**. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

\_\_\_\_\_. **A construção da cultura mercantil da universidade brasileira**. 2004

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação de Mulheres Jovens e Adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, Haleieth e MUÑOZ, Vargas (org). **Mulher Brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED. **Coordenação de Educação Básica e Educação Profissional.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP. **Departamento de Processos Seletivos e Concursos.** 2010

# ANEXO